



**REFLEXÃO SOBRE A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA MOÇAMBICANA:  
UMA ANÁLISE BASEADA NO RELATÓRIO DE COMPETITIVIDADE DO  
FÓRUM ECONÓMICO MUNDIAL**

A despeito da tendência actual de recuperação gradual e sistemática da economia nacional acompanhada de sinais tímidos de melhoramento de alguns indicadores macroeconómicos, o relatório de competitividade global de 2018<sup>1</sup> classifica a economia moçambicana como a segunda economia menos competitiva do mundo, numa avaliação que inclui cerca de 137 países, dos quais Moçambique ocupa a posição 136 com uma pontuação global de 2.9, o correspondente a cerca de 4.1 pontos abaixo da pontuação máxima (7 pontos).

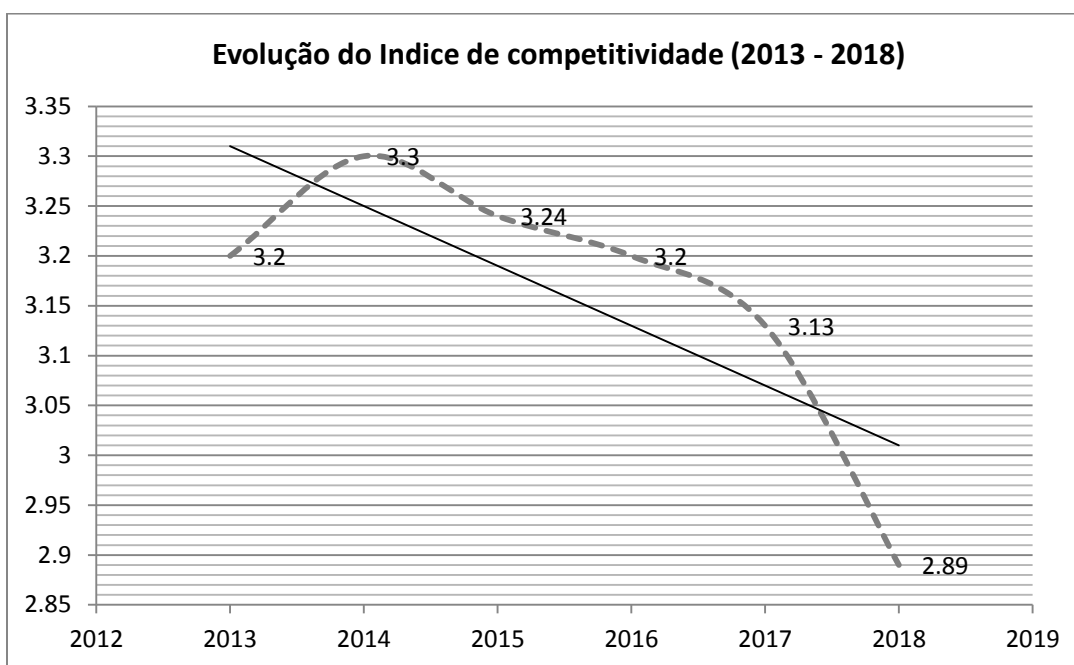
O Relatório de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial faz uma avaliação anual do índice de competitividade de 137 economias com base em indicadores económicos, políticos e institucionais que determinam a performance de cada economia em relação as outras quanto ao nível de competitividade e desempenho económico de médio e longo prazo. De acordo com este relatório, a competitividade é definida como o conjunto de instituições, políticas e factores que afectam a produtividade de um país e a sua capacidade de criar bases sustentáveis para o crescimento e desenvolvimento económico de longo curso. Este relatório tem sido um instrumento de grande serventia para os governos, servindo como um importante auxiliar no processo de formulação e implementação de políticas económicas que visam melhorar o desempenho dos principais indicadores de performance do país

---

<sup>1</sup> The Global Competitiveness Report 2017–2018. World Economic Forum.

Neste relatório a economia moçambicana tem registado os piores índices, o que coloca o país no grupo das economias menos competitivas do mundo. Apesar disso, os dados mostram que partir de 2014 a situação tende a tornar-se cada vez pior, sendo que o índice de competitividade tem apresentado uma tendência decrescente, com efeito mais assinalável no período compreendido entre 2017 e 2018 conforme ilustra o gráfico 1.

**Gráfico 1:** Evolução do índice de competitividade (2013-2018)

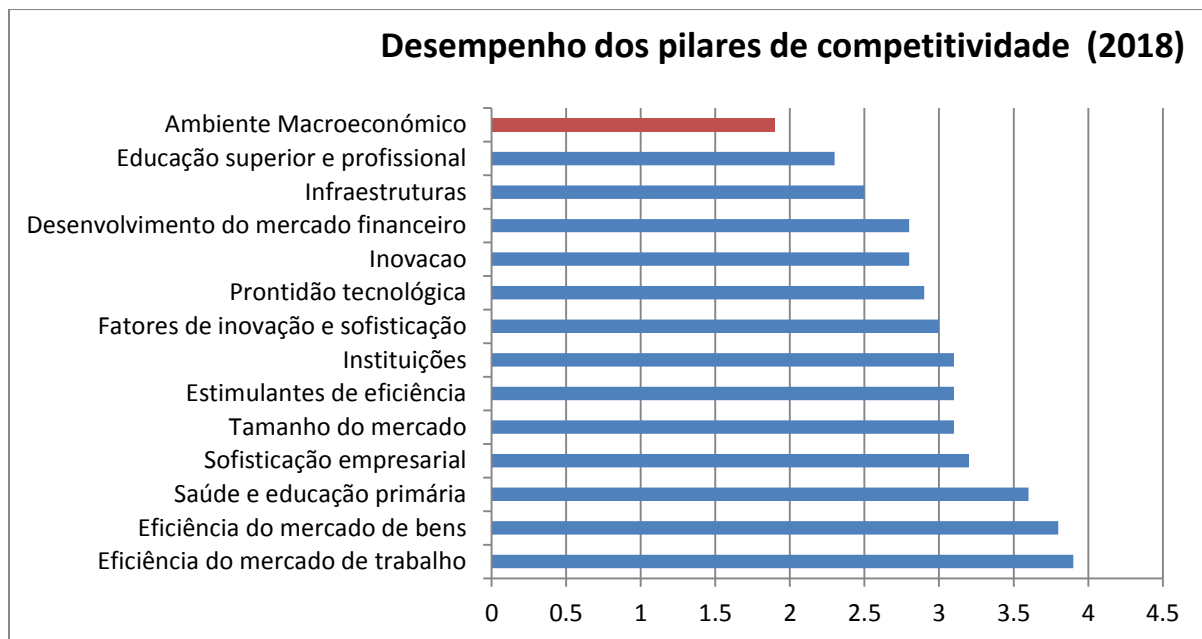


**Fonte:** adaptado pelo autor

Ao longo deste período (2013-2018), o índice de competitividade da economia moçambicana caiu de 3.2 para 2.89, sendo que a maior redução verificou-se no período compreendido entre 2017 e 2018 quando este índice caiu de 3.13 para 2.89.

Olhando para os indicadores que constituem o índice de competitividade global, nota-se que esse baixo nível de competitividade da economia moçambicana é maioritariamente devido as distorções do ambiente macroeconómico, fraco nível de educação superior e profissional e debilidade ou falta de infra-estruturas, conforme ilustra o Gráfico 2.

**Gráfico 2:** Desempenho dos pilares de competitividade (2018)



Fonte: Adaptado pelo autor

Portanto, as distorções do ambiente macroeconómico são vistas como o principal factor que afecta a competitividade global da economia Moçambicana, sendo que o cenário ficou agravado com os efeitos da crise das dívidas públicas não declaradas que teve início em 2016.

A Tabela 1 mostra o desempenho dos principais indicadores que influenciam o ambiente macroeconómico do país, com base em dados de 2017.

**Tabela 1:** Indicadores macroeconómicos (2017)

Ambiente Macoeconómico	Índice
Saldo Orçamental(%PIB)	-5.9
Poupaça Nacional Bruta (%PIB)	-0.3
Inflação (%)	19.20%
Divida Publica (%PIB)	115.2
Classificação de crédito do país (0-100)	27.5

Fonte: Adaptado pelo autor

Conforme se pode notar na tabela, os indicadores que criam maiores distorções no ambiente macroeconómico são: (i) a inflação que está acima de um dígito, e (ii) a dívida pública, que está acima do rendimento gerado pela economia, e que de acordo com o Fundo Monetário Internacional (2018)<sup>2</sup> está numa trajectória de insustentabilidade.

Portanto, a despeito dos esforços que o Banco de Moçambique tem vindo a envidar para mitigação das distorções criadas pela inflação, recomenda-se que sejam tomadas medidas conjuntas entre o governo e o banco central assentes numa coordenação de políticas com vista a minimizar as distorções criadas pelo excessivo endividamento. Isto é, é necessário que a política monetária e a política fiscal estejam alinhadas ou no mínimo coordenadas, criando sinergias entre si, de modo a propiciar e assegurar um ambiente de harmonia macroeconómica capaz de induzir a recuperação da competitividade do país.

Por: **Roque Magaia**

---

<sup>2</sup> Staff Report for the 2017 article iv consultation — debt sustainability analysis. IMF. 2018. February